

Verba de Cr\$ 200 milhões não sai

gaz, 09 dez 81

A aplicação da verba de Cr\$ 200 milhões destinada à efetivação de 22 projetos executivos do Programa Cidades de Porte Médio na Grande Vitória, não deverá ocorrer este ano, conforme havia sido previsto, devido ao atraso no cronograma do projeto. O coordenador geral da unidade administrativa do subprojeto no Estado, Manoel Martins, no entanto, fez questão de frisar que os trabalhos "não serão paralisados em decorrência do fato".

Segundo ele, uma série de fatores contribuiu para o atraso do cronograma do projeto, entre eles, a própria discussão do convênio, quando a Prefeitura de Vila Velha não aceitou contrair dívidas junto ao BNH, preferindo entrar no programa com recursos próprios. Um outro fator está relacionado ao recesso da Assembléia Legislativa iniciado na última sexta-feira. Em decorrência disso, tanto a Prefeitura de Vitória quanto o próprio Governo do Estado não puderam apreciar o pedido de autorização para o empréstimo junto ao BNH.

Este empréstimo, segundo explicou Manoel Martins, é imprescindível para a efetivação dos 22 projetos já que do total de Cr\$ 200 milhões a serem aplicados nessa etapa, pois Cr\$ 152 milhões serão da parte da União e o restante deverá ser assumido pelas prefeituras municipais e pelo governo estadual. Essa verba, inclusive, faz parte da primeira parcela do montante de Cr\$ 5,2 milhões a serem aplicados no Programa qua atingirá 5 bairros da Grande Vitória.

Manoel Martins argumentou que dos 22 projetos, apenas a melhoria dos serviços de limpeza urbana de Vila Velha e Cariacica, com a aquisição equipamentos específicos orçados em Cr\$ 100 milhões, pode não ser considerado como projeto executivo. Os demais, segundo ele, o são. "Mesmo sem aplicarmos a verba liberada pelo Ministério do Interior, estaremos dando continuidade a etapas de ordem administrativa intimamente relacionadas com os projetos", disse ele.

Para recebimento da segunda parcela do montante — orçada em Cr\$ 36 milhões apenas a parte da União — o coordenador explicou — terá que ser apresentada a prestação de contas relativa à primeira. Contudo, ele fez questão de frisar: "legalmente podemos cumprir a etapa do projeto executivo dentro de 6 meses. Por isso, mesmo não aplicando a verba este ano estaremos trabalhando dentro do prazo estipulado".

Com relação aos projetos, Manoel Martins adiantou que os projetos de recuperação das rodovias Carlos Lindenberg, ligando Vitória Vila Velha, e José Sette, que faz a ligação entre a capital e Cariacica — a serem executadas com o valor da primeira parcela — foram assumidos pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER). Dentro dos 22 projetos faz parte ainda a legalização fundiária de Santa Rita e Alecrim, em Vila Velha, Porto de Santana, em Cariacica e Maria Ortiz e Santa Marta, em Vitória, todos alvos do Programa.